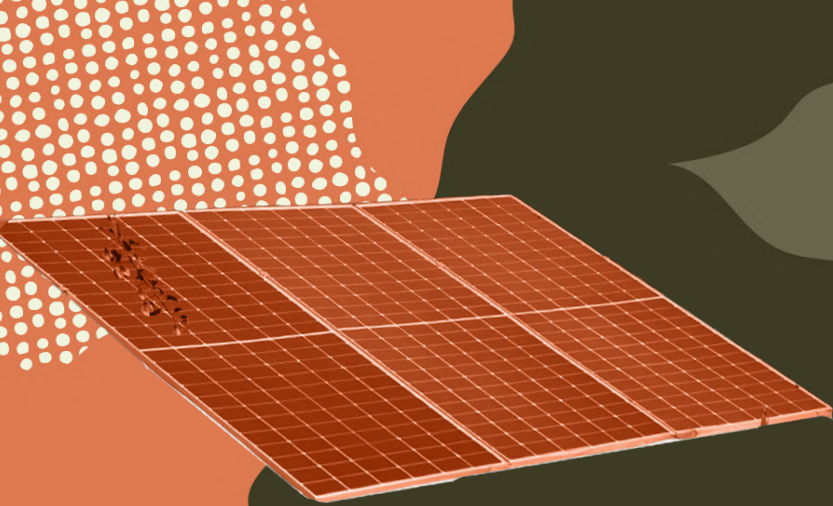




DO TERRITÓRIO À AÇÃO CLIMÁTICA:

A ATUAÇÃO DO FUNDO
CASA NO FINANCIAMENTO
DIRETO DAS AGENDAS DE
ADAPTAÇÃO, MITIGAÇÃO
E TRANSIÇÃO JUSTA



REALIZAÇÃO



fundo casa
SOCIOAMBIENTAL



EXPEDIENTE

Autoras: Priscilla Santos, Rayana Burgos e Sâmara Oliveira - **CLIMÁTICA Consultoria**

Revisão técnica: Cristina Orphee e Rubens Harry Born

Revisão textual: Maria Amália Souza e Nataly Queiroz

Diagramação: Motora Design

EQUIPE FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL

Diretora-Executiva: Cristina Orphee

Diretora de Estratégias Globais na Filantropia: Maria Amália Souza

Coordenadora de Finanças: Taila Wengrzynek

Coordenador de Operações Institucionais: Rodrigo Moreira

Equipe de Administração e Finanças: Aline Müller; Bianca Paes Mello Landim; Eliane Ribeiro; Janice Mello; Leandra Pereira

Equipe Programática: Amanda Souza; Angelo Ricardo Sousa Chaves; Antônio José de Paula Barroso Neto; Arthur Jesus; Beatriz Roseiro; Claudia Gibeli; Helen Maria Oliveira Silva; Inimá Krenak; Isabela Moraes; Ketlyn Santos; Letícia Umbelina; Lucas Freitas; Maíra Krenak; Matheus Monteiro; Melissa Fernandes; Regilon Matos; Rodrigo Montaldi; Thiarles do Santos; Vanessa Ourique Purper

Equipe de Comunicação: Attilio Zolin; Denise Farias; Lucas Duarte Matos; Nataly Queiroz

Gestor de Tecnologia: Helder Soares

Estagiários: Murilo Wengrzynek; Pedro Soares; Stevão Costa

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Renato Cunha

Vice-presidenta: Selma dos Santos Dealdina

Integrantes do Conselho: Severiã Maria Idioriê Xavante; Iremar Antonio Ferreira; Mércia Silva; Elionice Conceição Sacramento; Laura Yawanawa



SUMÁRIO

07 Introdução

09 A importância da categorização do portfólio em temas climáticos

11 Referencial teórico: Adaptação, Mitigação e Transição Justa

13 Metodologia

3.1 Limitações da análise

19 Visão geral da Base de Dados

4.1 Perfil das organizações apoiadas 4.2 Distribuição dos apoios por região

22 Principais resultados

5.1. Cobenefícios de Mitigação e Adaptação: interseccionalidade como marca 5.2. Adaptação 5.3. Mitigação 5.4. Transição Justa 5.5. Distribuição dos projetos por bioma e a relação com os temas de Mitigação e Adaptação 5.6 Distribuição dos projetos pelo perfil de organização e a relação com os temas de Mitigação e Adaptação 5.7 Fortalecimento comunitário, participação social e incidência

39 Mensagens-chave

41 Considerações finais



“Estamos nos preparando para a COP 30 e o enfrentamento da crise climática está na ordem do dia. No entanto, nós, povos indígenas, estamos protegendo e cuidando do meio ambiente desde sempre, com a consciência de que é preciso ter cuidado com o plantio, com a pesca, com a caça e com a utilização das riquezas das florestas, dos rios e dos mares.

As cosmovisões dos povos indígenas são diversas, mas o respeito ao meio ambiente está sempre presente. Respeitamos a terra porque ela é sagrada. Respeitamos os rios porque são fonte de vida. Respeitamos a diversidade de plantas e animais para que a vida continue. O que para nós, indígenas, é ancestral, hoje virou um ato de resistência. Precisamos resistir a diversas atividades e ameaças de atividades ilegais de mineração, extração de madeira, monocultura, pecuária, entre outras práticas de exploração predatórias. E essa relação sagrada com a natureza se transforma em ação para a preservação.

Nós, povos indígenas, atuamos como guardiões das florestas e biomas. As terras indígenas ocupam 14% do território nacional e estão presentes em todos os biomas, com destaque para os 22% do bioma amazônico sob proteção indígena. Nos últimos 30 anos, nossos territórios perderam apenas 1,2% de sua vegetação nativa, enquanto áreas privadas registraram perdas de 19,9%, segundo o MapBiomas, de 2023.

Então, nosso papel é essencial para mitigar as mudanças climáticas e preservar a diversidade. Com uma população de, aproximadamente, 1 milhão e 700 mil pessoas, de acordo com o último Censo, nós, povos indígenas, resistimos, mas muitas florestas foram devastadas, muitos animais mortos, muitas águas poluídas. A luta agora é para mitigar os danos, se adaptar a nova realidade e gerir, de forma sustentável, as nossas demandas. Nós temos muito a ensinar e as iniciativas de financiamento direto a quem está cuidando da terra, das florestas e das águas, como o Fundo Casa, são essenciais.

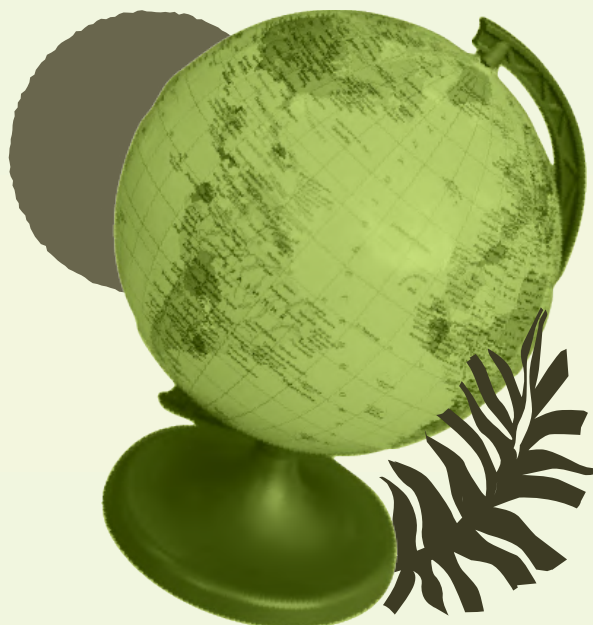
Os Fundos ajudam concretamente as iniciativas nos territórios indígenas e contribuem para amplificar nossa sabedoria ancestral. Investir nas iniciativas indígenas é investir na sustentabilidade do planeta. Os fundos de acesso direto ajudam as comunidades indígenas a realizarem seus projetos, apoiando uma transição justa, democrática, com soluções que brotam dos territórios. Ninguém melhor do que quem vive da terra, quem vem cuidando dela há gerações, para apontar os caminhos. Nessa luta contamos com o apoio de parceiros como o Fundo Casa Socioambiental.”

Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas do Brasil



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO



O **Fundo Casa Socioambiental** é uma **instituição filantrópica** que promove a conservação e a sustentabilidade ambiental, a democracia, o respeito aos direitos socioambientais e a justiça social por meio do apoio financeiro direto e do fortalecimento de capacidades de organizações da sociedade civil. Ao longo dos anos, consolidou-se como um importante mecanismo de **apoio a organizações e coletivos de base**, fortalecendo tanto iniciativas comunitárias quanto articulações territoriais, redes e fundos locais que atuam pela justiça socioambiental. Sua atuação garante que recursos estratégicos cheguem rapidamente e com facilidade de acesso para Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e organizações de base que vivem nas regiões mais vulneráveis.

Essa atuação é marcada pela descentralização de recursos, pelo protagonismo comunitário e pela abordagem de soluções integradas, que combinam proteção territorial, geração de renda, fortalecimento cultural e enfrentamento à crise climática. Mais do que apoiar projetos pontuais, o Fundo Casa se posiciona como catalisador de mudanças estruturais, fortalecendo organizações locais e ampliando sua voz em espaços nacionais e internacionais.

O objetivo desta publicação é apresentar o financiamento climático direto para as comunidades locais realizado pelo Fundo Casa, evidenciando como sua trajetória se conecta com os três grandes eixos que estruturam a agenda global — **mitigação, adaptação e transição justa**. Para isso, foram sistematizados dados de 1.267 iniciativas apoiadas entre 2022 e 2024 com um montante aproximado de R\$ 100 milhões (US\$ 20 milhões), entre os mais de 4.700 projetos já apoiados pelo Fundo Casa em duas décadas de atuação. Os dados de tal amostra refletem a relevância e singularidade do trabalho do Fundo Casa no fortalecimento da justiça climática a partir da prática concreta das comunidades que cuidam da terra, das águas e das florestas.

Além disso, esta publicação busca também **servir de inspiração para o campo do financiamento climático e socioambiental**, demonstrando que é possível descentralizar recursos de forma efetiva, fortalecer a autonomia de organizações comunitárias e ampliar o alcance da filantropia. Ao valorizar experiências locais e transformá-las em referências estratégicas, o Fundo Casa reafirma que a inovação no financiamento se dá função da sua adequação e origem junto aos grupos que atuam nos territórios e pode orientar práticas mais justas, inclusivas e transformadoras em escala nacional na construção da Resiliência Climática.

O QUE ESTA PUBLICAÇÃO REVELA:

▪ Adaptação como eixo central

A maior parte das iniciativas apoiadas atua na construção de resiliência comunitária frente às mudanças climáticas. O Fundo Casa mostra que comunidades locais, especialmente Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, já desenvolvem soluções de adaptação que combinam agroecologia, segurança hídrica, proteção territorial e fortalecimento cultural.

▪ Mitigação integrada às práticas territoriais

Embora em menor volume neste período, os apoios em mitigação têm papel estratégico: monitoramento e defesa territorial, restauração ecológica, energias renováveis e reciclagem comunitária. O relatório evidencia que a mitigação, nos territórios, é inseparável da luta por direitos e pela manutenção da floresta em pé. Em outras palavras, a conservação de bens e serviços da Natureza deve estar aliada à proteção de direitos por um ambiente íntegro e saudável para todas as pessoas.

▪ Transição justa como dimensão transversal

A publicação confirma que o Fundo Casa contribui para uma transformação econômica, ambiental e social, inclusive no campo da transição energética, que seja inclusiva, com geração de renda, valorização dos saberes tradicionais, fortalecimento de mulheres e jovens e defesa de direitos territoriais.

▪ Interseccionalidade como marca

Os dados mostram que quase metade dos recursos se direcionam a projetos que combinam mitigação e adaptação de forma integrada. Isso reforça que soluções locais dissolvem fronteiras rígidas entre categorias e antecipam, na prática, o debate global sobre cobenefícios climáticos. Esses dados mostram que as comunidades atuam de maneira integral no cuidado com o território onde vivem.

▪ Desigualdades territoriais no financiamento

Apesar da forte presença na Amazônia (reflexo da prioridade de financiadores internacionais), a publicação alerta para a necessidade de ampliar recursos em biomas menos financiados, como Caatinga, Cerrado, Pampa e Pantanal, igualmente críticos para a biodiversidade e para as populações locais.

▪ Fortalecimento comunitário como estratégia estrutural

Mais que financiar projetos pontuais, o Fundo investe em governança, incidência e participação social, permitindo que comunidades de base sejam também atores políticos protagonistas na agenda climática.

As análises aqui apresentadas, a partir dos dados da amostra significativa de projetos apoiados pelo Fundo Casa, revelam outra característica de sua atuação: o compromisso com a eficácia socioambiental, mediante o monitoramento e a transparência das atividades de filantropia e fortalecimento e da justiça climática.



1. A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIZAÇÃO DO PORTFÓLIO EM TEMAS CLIMÁTICOS

Historicamente, o Fundo Casa Socioambiental tem organizado seus apoios a partir de categorias institucionais que refletem suas prioridades estratégicas, incluindo temas como: '

- Defesa de Direitos
- Fortalecimento Institucional Comunitário
- Impacto de Infraestrutura
- Mudanças Climáticas
- Conservação Ambiental
- Consumo e Produção Sustentável
- Soluções em Energia
- Políticas Públicas
- Participação Social
- Cidades Sustentáveis
- Implantação e Recuperação de Áreas Verdes Comunitárias
- Recursos Hídricos
- Saneamento Ambiental
- Agricultura Urbana
- Segurança Alimentar

Esse modelo serve para acompanhar a diversidade temática do portfólio e assegurar que aspectos sociais, ambientais e políticos estejam presentes no apoio prestado às organizações de base.

No entanto, diante da crescente relevância da agenda climática no cenário global, torna-se estratégico compreender como esses apoios também dialogam com os três grandes eixos reconhecidos internacionalmente dentro da discussão de financiamento - **mitigação, adaptação e transição justa**. Essa leitura não substitui a categorização institucional, mas complementa o entendimento sobre o impacto do Fundo Casa, revelando de que forma suas iniciativas já respondem a desafios apontados em fóruns multilaterais, pesquisas e relatórios sobre financiamento climático.

Ao alinhar o portfólio às categorias climáticas mais consolidadas, o Fundo Casa demonstra que, mesmo com foco em comunidades de base locais, sua atuação contribui para agendas de relevância global. Projetos voltados à segurança alimentar, por exemplo, tornam-se ainda mais visíveis quando reconhecidos como estratégias de adaptação. Iniciativas de restauração podem ser situadas como ações de mitigação, enquanto experiências de fortalecimento de economias locais lideradas por mulheres e jovens se destacam no campo da transição justa.

Esse esforço analítico permite reforçar o protagonismo do Fundo Casa em áreas historicamente subfinanciadas, como adaptação comunitária e justiça climática, e ampliar sua legitimidade junto a doadores e parceiros internacionais.

Em última instância, evidencia-se que o Fundo já responde a muitos dos desafios postos globalmente, ainda que a partir de metodologias e prioridades próprias, construídas em diálogo direto com as comunidades e associações que atuam em distintos territórios.

Neste sentido, este documento concentrou-se no **mapeamento e categorização de projetos implementados entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024**, tendo como objetivos principais:

- **Analisar o apoio do Fundo Casa a projetos potencialmente relacionados aos temas de mitigação, adaptação e transição justa**, destacando abordagens, impactos, tendências e lacunas.
- **Avaliar a alocação de recursos por eixo temático**, permitindo maior precisão na análise das prioridades de investimento e identificação de áreas que demandam ajustes estratégicos.
- **Fortalecer a estratégia de captação de recursos**, a partir da sistematização de dados que evidenciem os impactos do Fundo Casa e ampliem sua capacidade de mobilizar recursos junto a doadores nacionais e internacionais.

Em síntese, este relatório busca não apenas organizar informações sobre a atuação recente do Fundo Casa, mas também oferecer subsídios estratégicos para sua atuação futura, fortalecendo sua relevância como referência em financiamento comunitário para lidar com as questões de mudanças do clima no Brasil e no Sul Global.





2. REFERENCIAL TEÓRICO: ADAPTAÇÃO, MITIGAÇÃO E TRANSIÇÃO JUSTA

A compreensão dos temas que orientam a agenda climática é fundamental para interpretar até que ponto fundos e mecanismos financeiros contribuem com a implementação da ação climática em diferentes níveis e o nível de recursos que chega efetivamente nos territórios. Entre os conceitos-chave relacionados ao financiamento climático, destacam-se os de mitigação, adaptação - incluindo a noção de cobenefícios entre os dois - e transição justa, cada um com origens e interpretações diversas, mas que se complementam no desenho de políticas e estratégias de ação.

Abaixo são apresentadas as definições que fundamentam este relatório¹.

- **Mitigação:** Uma atividade deve ser classificada como relacionada à mitigação das mudanças climáticas se evitar que mais gases de efeito estufa (GEE) sejam lançados na atmosfera ou se aumentar a absorção/remoção desses gases do ar (captura e fixação de carbono mediante atividades antrópicas). O objetivo é **diminuir o ritmo do aquecimento global e seus impactos**².
- **Adaptação:** Uma atividade deve ser classificada como relacionada à adaptação às mudanças climáticas se tem como objetivo **reduzir a vulnerabilidade de sistemas humanos ou naturais aos impactos das mudanças climáticas** e aos riscos climáticos, mantendo ou aumentando a capacidade adaptativa e a resiliência desses sistemas³.

¹ Para fins de comparabilidade com outros mecanismos de financiamento internacional, as definições de mitigação e adaptação usadas neste relatório são as formalmente adotadas pelo IPCC. No Brasil, tais definições ganham contornos ligeiramente distintos e de caráter mais técnico através da interpretação desses conceitos adotada na [Lei 12187/2009](#), que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Segundo a lei brasileira, a mitigação consiste em mudanças e substituições tecnológicas que reduzem o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros. Por sua vez, a adaptação corresponde a iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.

² Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (2023). What is climate change mitigation? FAQ 1.2 | Which greenhouse gases (GHGs) are relevant to which sectors? FAQ 1.3. **Disponível em:** <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/resources/spm-faqs/>

³ United Nations Framework Convention on Climate Change. Adaptation and resilience: The big picture. **Disponível em:** <https://unfccc.int/topics/adaptation-and-resilience/the-big-picture/introduction>.

COBENEFÍCIOS ENTRE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO

Existe hoje um debate **relevante e estratégico** no campo climático internacional que destaca como as categorias de **mitigação** e **adaptação** apresentam **cobenefícios intrínsecos**⁴. Embora tradicionalmente tratadas como eixos separados nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e em muitos mecanismos de financiamento, na prática as duas agendas se **sobrepõem e se reforçam mutuamente**, evidenciando que não há solução de longo prazo para a crise climática sem articular redução de emissões e aumento de resiliência.

Essa compreensão, entretanto, não se restringe às instâncias globais. **Comunidades locais, Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais** vivenciam a crise climática de forma integrada, percebendo que **reduzir emissões e fortalecer a resiliência não são objetivos distintos**, mas partes de um mesmo processo de cuidado com o território e de garantia do bem viver. Para essas comunidades, a proteção das florestas, o manejo sustentável dos recursos, a segurança alimentar e a defesa de direitos territoriais funcionam simultaneamente como **estratégias de mitigação e adaptação**, dissolvendo na prática a fronteira conceitual entre esses eixos.

Assim, enquanto as políticas internacionais ainda tendem a **classificar ações em categorias rígidas**, quem está na linha de frente da mudança do clima já demonstra que a realidade é **interdependente e intersetorial**. Reconhecer essa convergência é fundamental para que modelos de financiamento, políticas públicas e governança climática **valorizem soluções integradas**, respeitem os conhecimentos tradicionais e ampliem a efetividade das respostas à crise climática em escala global e local.

⁴ Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (2023). Relatório Síntese. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf

Transição Justa. Conceito amplamente utilizado, mas com abordagens bem variadas⁵. Diferentes atores - governos, sindicatos, movimentos sociais, organismos multilaterais, etc. - conferem ênfases distintas, que vão desde a proteção de direitos de trabalhadores de setores intensivos em carbono até a defesa de direitos territoriais e de justiça socioambiental.

Neste relatório, adota-se a definição inspirada em abordagens de **justiça climática, entendendo a transição justa como um processo de transformação para uma economia de baixo carbono que, simultaneamente, garante direitos, reduz vulnerabilidades econômicas e sociais, valoriza saberes tradicionais e fortalece a autonomia das comunidades**⁶. Essa leitura dialoga com a prática do Fundo Casa, que apoia iniciativas de geração de renda local, fortalecimento da governança comunitária e proteção dos territórios frente aos mega empreendimentos, conectando justiça social e ação climática.

⁵ United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2022). [A Global Just Transition - Climate and development goals in a world of extreme inequalities](#).

⁶ International Labour Organization (ILO) (2016). [Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all](#).

3.METODOLOGIA

A metodologia de classificação do portfólio do Fundo Casa Socioambiental tem como objetivo orientar a identificação do tema prioritário de cada iniciativa, com base em sua contribuição para o enfrentamento da crise climática nas dimensões de mitigação, adaptação e transição justa. Reconhecendo que muitos projetos da base de dados do Fundo apresentam abordagens interseccionais e integradas, a metodologia não busca uma rotulagem rígida, mas sim fornecer uma ferramenta de apoio analítico.

Assim, a metodologia foi definida com o apoio da atribuição de pontuação aos projetos que auxiliam na identificação do objetivo climático predominante, contribuindo para o reconhecimento dos setores, eixos temáticos e estratégias de atuação mais diretamente envolvidos.

Em resumo, cada projeto foi examinado a partir de seu título, resumo e objetivos, sendo identificados elementos-chave relacionados às três categorias climáticas. Foi adotado um sistema de pontuação que atribuiu maior peso às palavras-chave e objetivos centrais do projeto, garantindo coerência na classificação. Em casos de sobreposição entre dois ou mais eixos, foi considerada a predominância do objetivo principal, sem desconsiderar a natureza interseccional de muitas iniciativas. Abaixo segue o passo a passo da metodologia adotada.

1. **Análise temática inicial:** cada projeto foi analisado separadamente quanto às dimensões de mitigação e adaptação.
2. **Atribuição de pontuação:** a pontuação foi atribuída com base na clareza e centralidade da relação com esses objetivos.
 - a. Quando a relação com mitigação ou adaptação estava explicitamente indicada atribuiu-se a **pontuação 2 (objetivo principal identificado)**.
 - b. Quando o projeto tinha relação com o outro eixo climático, mas de forma secundária ou complementar, indicando um potencial cobenefício, atribuiu-se a **pontuação 1 (objetivo secundário)**.
 - c. Quando não se identificou relação com nenhum dos dois objetivos climáticos, atribuiu-se a **pontuação 0 (não direcionado)**. Um projeto podia receber pontuação em ambos os eixos, desde que atendesse aos critérios respectivos.
3. **Análise sobre componente de Transição Justa:** A partir da primeira categorização, analisamos até que ponto o projeto possuía um componente relativo à transição justa. A transição justa é considerada uma **dimensão transversal** e pode estar presente em projetos com foco em mitigação, adaptação ou outras estratégias socioambientais. É atribuída como uma etiqueta (tag) complementar quando o projeto atua com foco em reduzir a vulnerabilidade econômica, por meio da **geração de renda**, ou promove uma **economia de baixo carbono**, principalmente por meio de energias renováveis. A figura 1 descreve o passo a passo resumido da metodologia aplicada.
4. **Justificativa:** Após a análise e categorização, sugeriu-se a escrita resumida dos principais objetivos e atividades implementadas pelo projeto que dialogasse com os eixos climáticos mapeados.

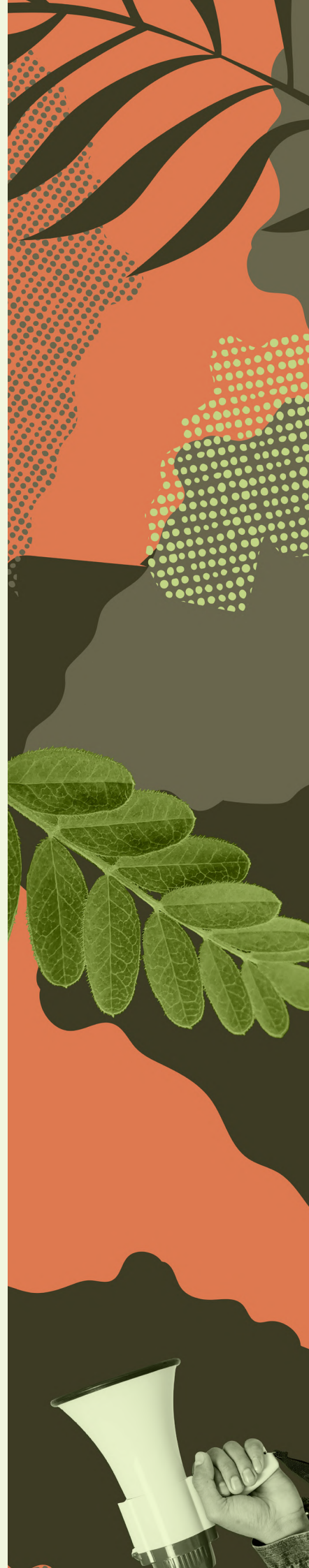
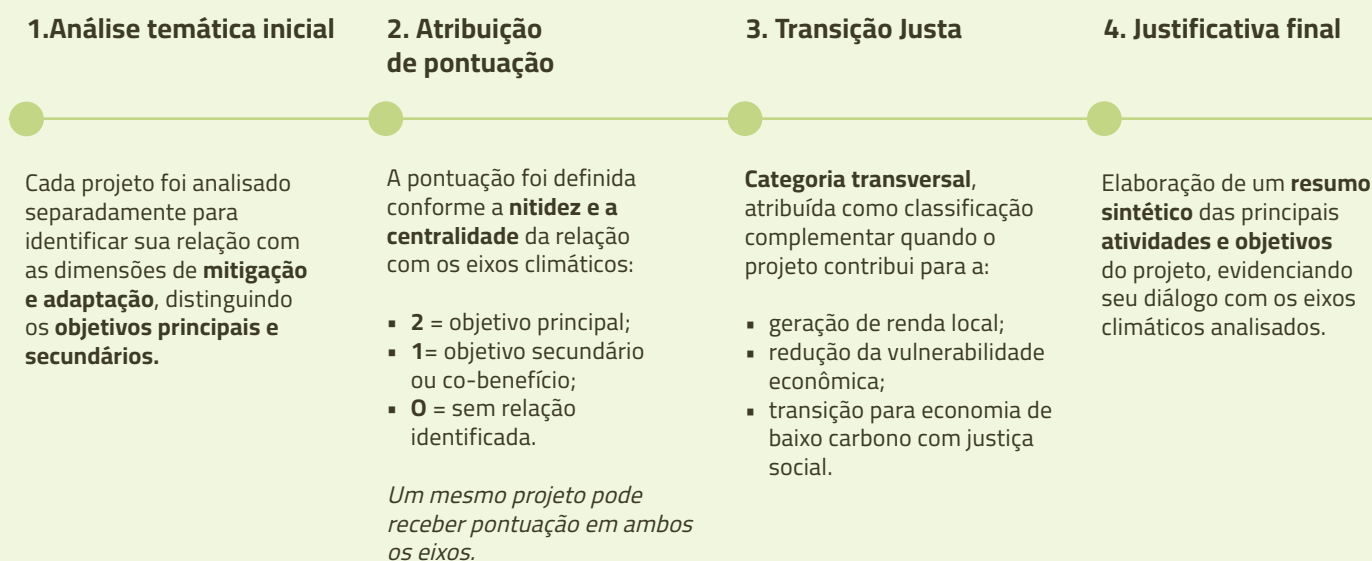


FIGURA 1. PASSO A PASSO DA METODOLOGIA



Fonte: elaborado pelas autoras

REFERENCIAL METODOLÓGICO

A metodologia proposta para a classificação de projetos entre mitigação, adaptação e transição justa foi baseada no referencial desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), especificamente no **Handbook on the OECD-DAC Climate Markers**⁷. Esse manual orienta o uso dos chamados “marcadores do clima”, criados pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (Development Assistance Committee - DAC, na sigla em inglês) da OCDE, que desde 1998 acompanha os **fluxos de recursos financeiros destinados a países em desenvolvimento**, com foco nos objetivos das Convenções do Rio.

O **marcador de mitigação** foi desenvolvido em parceria com a Secretaria da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e, em 2009, foi incorporado o **marcador de adaptação**, ampliando a capacidade de monitoramento dos apoios voltados à ação climática. Os marcadores indicam se a mitigação ou adaptação climática constitui um **objetivo principal (sem o qual a ação não teria sido concebida)** ou um **objetivo significativo (um cobenefício integrado à ação)**. Embora os dados gerados por esses marcadores não representem uma medição exata dos gastos com clima, eles fornecem uma **estimativa útil e comparável entre países**.

A metodologia proposta adapta essa lógica de pontuação e definição para o contexto dos projetos apoiados pelo Fundo Casa, valorizando a clareza dos objetivos, a coerência entre atividades e resultados esperados, e a centralidade da ação climática no desenho das iniciativas. A escolha de critérios facilmente comparáveis em outros contextos é estratégica, considerando a atuação relevante do Fundo Casa no estabelecimento de outros fundos no Sul Global.

⁷ Organisation for Economic Co-operation and Development (2025). Handbook on the OECD-DAC Climate Markers. [Rio Markers Handbook](#). [OECD-DAC Climate Markers](#) | [Capacity4dev](#)

No contexto deste relatório, os parâmetros do Handbook foram ajustados para refletir a realidade dos projetos de base comunitária apoiados pelo Fundo Casa, preservando sua especificidade territorial e social. A Tabela 1, a seguir, apresenta uma síntese dos critérios de elegibilidade para mitigação e adaptação, tal como adaptados ao contexto do Fundo Casa.

TABELA 1. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA MITIGAÇÃO OU ADAPTAÇÃO BASEADO NO HANDBOOK ON THE OECD-DAC CLIMATE MARKERS

EIXO	CRITÉRIOS ⁸	PALAVRAS-CHAVE
MITIGAÇÃO	Um projeto pode ser classificado como relacionado à mitigação se contribuir para um ou mais dos objetivos a seguir: ▪ Reduzir ou limitar emissões de gases de efeito estufa (GEE), incluindo os gases regulados pelo Protocolo de Montreal. ▪ Proteger ou ampliar sumidouros de carbono (florestas, solos, ecossistemas). ▪ Desenvolver capacidades, tecnologias e políticas para promover práticas de baixo carbono. ▪ Apoiar desenvolvimento de educação e pesquisa sobre redução de GEE.	▪ Energia renovável, solar, eólica. ▪ Reflorestamento, manejo sustentável, restauração, recuperação, regeneração de áreas degradadas e ecossistemas. ▪ Resíduos sólidos, lixo, poluição, compostagem, reciclagem, coleta seletiva. ▪ Eficiência energética, emissões, gases de efeito estufa (GEE). ▪ Biocombustível, transporte sustentável.
ADAPTAÇÃO	Um projeto pode ser classificado como relacionado à adaptação se contribuir para um ou mais dos objetivos a seguir: ▪ Redução de vulnerabilidades a riscos climáticos. ▪ Aumento da resiliência/capacidade adaptativa. ▪ Integração de medidas adaptativas em políticas ou práticas. ▪ Resposta a eventos climáticos extremos e desastres. ▪ Educação/pesquisa sobre adaptação	▪ Resiliência, seca, enchente, vulnerabilidade. ▪ Segurança hídrica, manejo da água, irrigação, acesso à água. ▪ Agricultura regenerativa, sistemas agro-florestais, integração lavoura, pecuária e floresta (ILPF). ▪ Alerta precoce, clima extremo, eventos climáticos. ▪ Combate ao fogo, incêndios florestais, brigadas comunitárias, manejo integrado do fogo⁹.

⁸ Todos os eixos, critérios e palavras-chave foram inseridas com base no Handbook da OCDE. Algumas delas foram adaptadas para o contexto do Fundo Casa.

⁹ O Manejo Integrado do Fogo (MIF) é uma abordagem que visa gerenciar o fogo de forma adaptativa, integrando conhecimentos tradicionais, científicos e técnicos. O objetivo é planejar e tomar decisões considerando os aspectos ecológicos, socioculturais e econômicos de um território, buscando prevenir, controlar ou usar o fogo de maneira estratégica.

TABELA 2. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA TRANSIÇÃO JUSTA ADAPTADOS PARA O FUNDO CASA, A PARTIR DA DEFINIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO¹⁰.

TRANSIÇÃO JUSTA	Um projeto pode ser classificado como relacionado à transição justa se contribuir para um ou mais dos objetivos a seguir: ▪ Redução de vulnerabilidades socioeconômicas em comunidades afetadas pela mudança do clima ou pela descarbonização da economia. ▪ Geração de trabalho e renda sustentáveis, promovendo inclusão produtiva em cadeias de baixo carbono. ▪ Promoção de equidade de gênero, raça e geracional em processos de transição para uma economia de baixo carbono, incluindo a garantia de direitos frente a projetos de energias renováveis. ▪ Garantia de acesso a serviços básicos e bem viver (energia, transporte, alimentação) em modelos compatíveis com a neutralidade climática.	▪ Justiça climática, equidade, direitos territoriais, bem viver. ▪ Geração de renda, inclusão produtiva, economia solidária. ▪ Autonomia comunitária, governança participativa, fortalecimento institucional. ▪ Energia renovável, transição energética, baixo carbono. ▪ Trabalho decente, proteção social, capacitação profissional. ▪ Valorização cultural, saberes tradicionais, juventude e gênero.
------------------------	---	--

Fonte: elaborado pelas autoras

¹⁰ Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016). [Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all.](#)



Fotografia: Priscila Tapajowara

3.1 Limitações da análise

A categorização apresentada neste relatório baseia-se em uma **análise detalhada da base de dados do Fundo Casa Socioambiental**, considerando os resumos, objetivos e descrições das iniciativas apoiadas. Embora nem sempre seja possível capturar integralmente a **complexidade das ações realizadas em campo**, que frequentemente transcendem as fronteiras conceituais das categorias climáticas, o processo adotado seguiu critérios metodológicos rigorosos e reconhecidos internacionalmente.

A aplicação dos marcadores climáticos a uma base originalmente estruturada em categorias institucionais mais amplas demandou interpretações criteriosas e validações sucessivas, garantindo a coerência entre as classificações e os objetivos estratégicos de cada projeto. Dessa forma, ainda que existam limitações inerentes a qualquer processo de categorização, a análise realizada é suficientemente aprofundada e apresenta alta consistência e confiabilidade, permitindo evidenciar com clareza como o portfólio do Fundo Casa contribui de maneira concreta e significativa para as agendas de adaptação, mitigação e transição justa.

Mais do que uma simples sistematização de dados, este exercício analítico revela padrões, tendências e oportunidades estratégicas que fortalecem a atuação do Fundo Casa e reafirmam sua relevância como referência em financiamento climático direto para comunidades locais.





“O financiamento direto é essencial porque as brigadas comunitárias são compostas por representantes capacitados que detêm o conhecimento local (percepção de perigos e riscos) necessário para proteger o território. Ao apoiar essas brigadas, investe-se na preparação e na resiliência da comunidade, minimizando a vulnerabilidade aos impactos da crise climática.

Apoiar as brigadas é um investimento direto em adaptação porque aumenta a capacidade da comunidade de se preparar e responder a eventos climáticos extremos. Essa preparação tem grande potencial na redução da ocorrência e da gravidade de Perdas e Danos (custos irre recuperáveis ou evitáveis de desastres), como a perda de vidas, moradias e meios de subsistência.

Em resumo: preparação local maior resiliência menores perdas e danos”

Rafael Gava, da Rede Nacional de Brigadas Voluntárias

4. VISÃO GERAL DA BASE DE DADOS

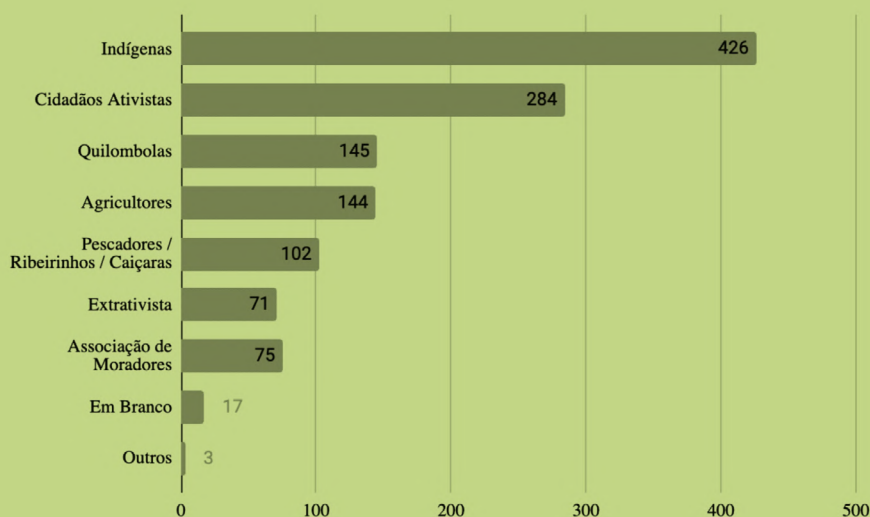
A análise apresentada neste relatório teve como ponto de partida a base de projetos apoiados pelo Fundo Casa Socioambiental no período de **janeiro de 2022 a dezembro de 2024**. No total, foram examinados **1.267 projetos**, cobrindo uma ampla diversidade de territórios, biomas e temáticas. Essa base representa um recorte robusto da atuação recente do Fundo, permitindo identificar tendências, desafios e oportunidades de aprimoramento estratégico.

4.1 Perfil Das Organizações Apoiadas

A análise do perfil das organizações apoiadas mostra que o Fundo Casa Socioambiental concentra grande parte de seus apoios em comunidades tradicionais, com destaque para **Povos Indígenas (34% dos projetos)**, **Quilombolas (11%)** e **Pescadores, Ribeirinhos e Caiçaras (8%)**. Esse recorte revela uma nítida prioridade de fortalecer territórios e modos de vida que estão entre os mais ameaçados pelas mudanças climáticas, pela pressão sobre os recursos naturais e por desigualdades históricas. Apoiar essas comunidades significa investir em guardiões de saberes e práticas que, além de assegurar a reprodução cultural, são também fundamentais para a conservação dos biomas brasileiros.

Além disso, o Fundo Casa tem garantido espaço relevante para **Agricultores Familiares (11%)** e **Extrativistas (6%)**, grupos que compartilham relações intrínsecas de dependência da terra e dos recursos naturais para a geração de renda e bem-estar. Essa escolha estratégica amplia o alcance das ações de base, conectando a agenda socioambiental ao fortalecimento de sistemas produtivos sustentáveis, como a agroecologia e o extrativismo de baixo impacto. A categoria “outros” inclui Comunidade de Fechamento de Fundos e Pastagens, Artesãos e Ciganos. O gráfico abaixo apresenta os detalhes da distribuição.

Gráfico 1. Público-alvo das Organizações Apoiadas



Fonte: elaborado pelas autoras

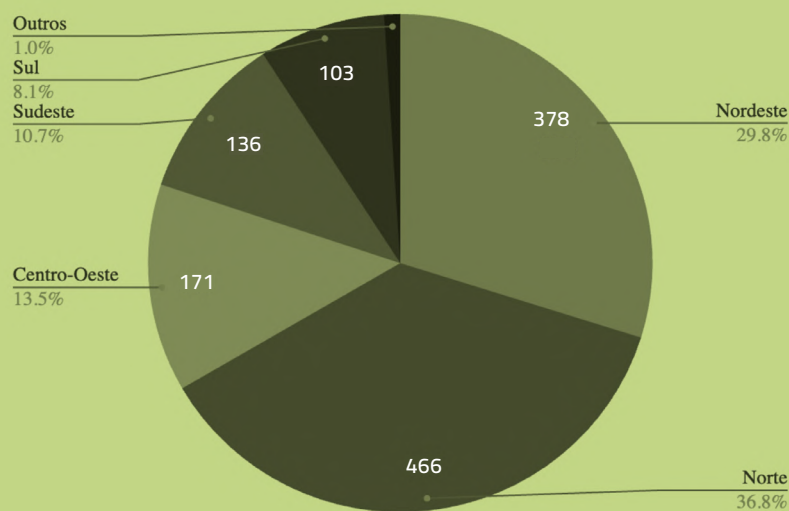


4.2 Distribuição dos apoios por região

A distribuição regional dos projetos apoiados pelo Fundo Casa reforça sua presença capilar em todo o país, mas também evidencia prioridades estratégicas. O Norte concentra a maior fatia dos apoios (37%), em linha com o foco histórico e global de proteção da Amazônia. O Nordeste aparece em segundo lugar (30%), refletindo a importância de apoiar comunidades em contextos de seca, desertificação e vulnerabilidade socioeconômica tanto na Caatinga quanto na Mata Atlântica. O Centro-Oeste (13%) mostra a relevância para o Cerrado e áreas de transição com a Amazônia, territórios-chave para a segurança hídrica e alimentar.

As regiões Sudeste (11%) e Sul (8%) apresentam percentuais menores, mas não menos significativos. São áreas de forte pressão urbana e agrícola, onde organizações de base atuam na defesa da Mata Atlântica e do Pampa, biomas historicamente menos beneficiados por fluxos de financiamento. Esse recorte confirma que, embora o Fundo Casa dialogue fortemente com a prioridade amazônica, ele também responde às múltiplas vulnerabilidades climáticas e socioambientais do Brasil, garantindo representatividade nacional e fortalecendo a diversidade de territórios e comunidades.

Gráfico 2. Distribuição dos apoios por região



Fonte: elaborado pelas autoras

Além de sua ampla presença em todos os biomas e territórios brasileiros, o Fundo Casa Socioambiental também apoia iniciativas fora do Brasil, ampliando seu alcance no Sul Global. A categoria “Outros” no mapa de regiões evidencia projetos transfronteiriços e experiências que ultrapassam limites nacionais, reforçando o compromisso do Fundo em fortalecer comunidades de base e fundos parceiros em diferentes países e territórios. Esse movimento amplia o intercâmbio de saberes e conecta lutas socioambientais além das fronteiras nacionais.



“Nós temos nos articulado, feito reuniões, oficinas e discutido o modelo de transição energética inclusiva que nós queremos. Os modelos que têm surgido são excludentes. Nas comunidades, não temos direito à consulta livre, prévia e informada, mas temos feito o que todo movimento social - que se preza e respeita - faz: temos mobilizado as populações na medida do possível, com as condições que a gente tem conseguido.

Assim, o apoio do Fundo Casa tem sido muito importante para o movimento dos pescadores. Cada apoio que vem ajuda a empoderar o povo, mobilizar, conscientizar e a pensar melhor como a gente cria um plano de adaptação, de mitigação emergencial tanto para enfrentar as mudanças climáticas, como para enfrentar este modelo energético. Nós queremos que nossas comunidades sejam incluídas e não, excluídas como tem sido em muitos casos. Vemos as linhas passarem por cima das nossas casas e muitas vezes permanecemos no escuro porque a energia tem sido projetada para as grandes empresas, para atender as mineradoras e não para atender a população. Pagamos um preço muito caro para receber muito pouco”.

Josana Costa, coordenação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

“Nós, os povos tradicionais e originários, já fazemos adaptação e mitigação há muito tempo, não necessariamente com essas palavras. A gente já exerce essas duas palavras tão importantes para o debate climático e, por isso, temos feito pedidos de apoio aos fundos para que a gente possa continuar com a floresta de pé, para permanecer no nosso espaço, para se adaptar e ter acesso à água, nunca para destruir, como outros fazem.

O apoio do Fundo Casa não é só financeiro - é político, de empoderamento, de fortalecimento desses territórios que vivem sem apoio do Governo, ou seja, o Fundo Casa chega onde o Estado brasileiro não chega muitas vezes. Assim, os recursos chegam a territórios extremos, que o próprio Brasil não conhece, apoiando projetos que geram renda, expectativa de vida, autonomia e, acima de tudo, dão ânimo para as pessoas continuarem na luta.”

Selma dos Santos Dealdina, vice-presidenta do Conselho Deliberativo do Fundo Casa

5. PRINCIPAIS RESULTADOS

5.1. Cobenefícios de Mitigação e Adaptação: interseccionalidade como marca

A partir da análise da base de dados, constata-se que um dos principais diferenciais do portfólio do Fundo Casa é a **natureza interseccional das iniciativas** apoiadas. Aproximadamente 48% do total de recursos doados pelo Fundo nesse período foram direcionados a 230 projetos (18% do portfólio) que integram ações simultâneas de mitigação e adaptação. Isso reflete a complexidade de vida nos territórios e reforça **uma visão integrada capaz de apoiar o enfrentamento a diferentes desafios, ao mesmo tempo em que fortalece os grupos apoiados.**

O Fundo Casa destinou um total de R\$ 48M - US\$ 8.7M (48% do total)¹¹ para apoiar 230 projetos que contribuem diretamente para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Enquanto fluxos globais de recursos tendem a separar rigidamente mitigação, adaptação e transição justa, a prática do Fundo demonstra que soluções comunitárias são, por essência, integradas e interdependentes. Essa capacidade de apoiar iniciativas interseccionais é não apenas uma marca da atuação do Fundo Casa, mas também uma contribuição inovadora ao debate internacional, mostrando que a justiça climática se constrói na convergência entre diferentes agendas.

A tabela a seguir apresenta um resumo inicial da distribuição dos projetos segundo as categorias climáticas, servindo como uma visão panorâmica do portfólio analisado, permitindo compreender a predominância de determinados eixos e a presença de abordagens interseccionais.

¹¹ Para fins de conversão, ao longo deste relatório foi considerada a taxa cambial de R\$ 5,50 por US\$ 1,00. Essa taxa tem caráter ilustrativo e não reflete necessariamente a cotação vigente ou referente aos períodos analisados.



TABELA 3. TIPO DO PROJETO, VALORES E TOTAL DE PROJETOS MAPEADOS EM CADA CATEGORIA

TIPO DO PROJETO / FOCO	VALOR (R\$)	VALOR (US\$)	TOTAL DE PROJETOS
MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO IGUALMENTE PREVALENTES	47.6 M (48%)	8.7 M	230 (18%)
FOCO EXCLUSIVO EM ADAPTAÇÃO	38.2 M (39%)	6.9 M	791 (62%)
MAJORITÁRIO DE ADAPTAÇÃO, COM COMPONENTE DE MITIGAÇÃO	3.8 M (4%)	0.7 M	85 (7%)
FOCO EXCLUSIVO EM MITIGAÇÃO	7.9 M (8%)	1.4 M	141 (11%)
MAJORITÁRIO DE MITIGAÇÃO, COM COMPONENTE DE ADAPTAÇÃO	1 M (1%)	0.2 M	20 (2%)
TOTAL	98.6 M	17.9 M	1.267 (100%)

Fonte: elaborado pelas autoras

Embora os projetos que integram ações de adaptação e mitigação de forma simultânea sejam aqueles que receberam o maior montante de recursos, o **tema de adaptação concentra a maioria dos apoios realizados**. Esse dado reforça que iniciativas mais complexas e integradas tendem a demandar (e atrair) maiores aportes financeiros, evidenciando a relevância estratégica dessa abordagem combinada.





5.2. Adaptação

A adaptação se apresenta como a categoria que concentra o maior número de projetos apoiados, e o segundo principal tema no aporte de recursos - o que demonstra uma alta incidência de projetos em adaptação, mas com valores mais pulverizados. 39% dos apoios realizados no período analisado estão diretamente voltados para iniciativas exclusivas de adaptação, evidenciando a relevância estratégica do Fundo no fortalecimento da resiliência comunitária.

Ao mesmo tempo, 4% dos apoios envolvem o tema majoritário de Adaptação, com componente de Mitigação. O gráfico abaixo apresenta a distribuição de projetos apoiados pelo Fundo Casa por foco de atuação.

Essa predominância no tema de adaptação demonstra como os recursos têm sido direcionados para apoiar comunidades e organizações locais na construção de respostas concretas frente aos desafios socioambientais e climáticos, contribuindo para a redução de vulnerabilidades e o aumento da capacidade de enfrentamento dos impactos das mudanças do clima.

O Fundo Casa destinou um total de R\$ 38,2 M – US\$ 6,9 M (39% do total) em 791 apoios voltados à adaptação climática, fortalecendo a resiliência de comunidades e territórios frente aos impactos das mudanças do clima.

Considerando os projetos que combinam adaptação e mitigação, ou que apresentam ambos os componentes de forma igualmente representada, a proporção de adaptação sobe para quase 90%.

As principais ações de adaptação apoiadas pelo Fundo Casa refletem a diversidade de estratégias comunitárias para enfrentar a crise climática, abrangendo desde **ações de proteção territorial e fortalecimento da segurança alimentar até respostas emergenciais e iniciativas de valorização cultural e social**. Essas frentes demonstram como o Fundo contribui para aumentar a resiliência das comunidades e a capacidade de adaptação dos territórios frente aos múltiplos riscos das mudanças do clima.

Abaixo, seguem algumas das principais temáticas identificadas:

-  **Manejo integrado do fogo e brigadas indígenas:** reduz riscos de queimadas descontroladas, protege ecossistemas e fortalece a capacidade de resposta das comunidades.
-  **Segurança alimentar e saúde comunitária:** adoção de agroecologia, agroflorestas, hortas e plantas medicinais garantem acesso a alimentos de qualidade, melhoram a saúde e aumentam a resiliência das famílias frente a secas e mudanças climáticas.
-  **Defesa de direitos diante de megaempreendimentos:** apoio a comunidades impactadas por hidrelétricas, usinas, mineração e petróleo, fortalecendo a governança da transição energética e assegurando salvaguardas socioambientais.
-  **Resposta a desastres climáticos:** ações emergenciais, como apoio imediato às comunidades atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, fortalecem a infraestrutura local e a capacidade de recuperação.
-  **Proteção de territórios pesqueiros:** formação e incidência política garantem a defesa dos modos de vida de pescadores frente a secas, mudanças no regime dos rios e outros impactos climáticos.
-  **Fortalecimento da educação indígena:** educação adaptada ao contexto cultural e territorial amplia a autonomia comunitária e forma novas lideranças para enfrentar os desafios climáticos.
-  **Resiliência socioeconômica e apoio psicossocial:** iniciativas que garantem renda, segurança alimentar e acolhimento psicossocial ajudam famílias a se reestruturarem em contextos de deslocamento ou vulnerabilidade agravada pelo clima.
-  **Propostas contra o racismo ambiental e desigualdades locais:** fortalece a capacidade das comunidades de enfrentar vulnerabilidades socioambientais históricas, criando bases para políticas de adaptação mais justas e inclusivas.
-  **Comunicação e engajamento da juventude:** mobiliza jovens na defesa dos territórios, fortalece laços comunitários e contribui para a manutenção dos modos de vida tradicionais, fundamentais para a resiliência climática local.



PROJETOS DE ADAPTAÇÃO

- **Bioma:** Cerrado
- **Local:** Cavalcante, Chapada dos Veadeiros, Goiás.

Na Chapada dos Veadeiros, a Brivac protege e multiplica conhecimentos sobre combate a incêndios

A Brivac nasceu da urgência. Os guias turísticos da cidade deixavam o trabalho quando o fogo chegava na Chapada dos Veadeiros. Sem proteção ou treinamentos, eles combatiam o fogo como podiam. Em 2017, quando os incêndios tomaram novas proporções, os guias receberam o primeiro apoio do Fundo Casa. A Brivac pôde investir na compra de materiais apropriados, que protegessem os brigadistas e ajudassem a cessar o fogo o mais rápido possível.

Com novos apoios e já treinados, os integrantes da instituição capacitaram moradores das áreas rurais para que pudessem iniciar o combate de forma segura quando o fogo chegasse. Assim, formaram-se diversas novas brigadas de incêndio voluntárias pela Chapada. Com outros apoios, a instituição foi a encontros nacionais e internacionais de brigadas, investiu na educação ambiental e fundou o primeiro Museu do Fogo do Brasil. A iniciativa serviu para que as comunidades do Cerrado aprendessem a manejar as chamas de forma segura e eficiente, renovando o ciclo de vida do bioma, para guiar a relação entre as pessoas e o fogo.



Fotografia: Arthur Monteiro

- **Bioma:** Pampa e Mata Atlântica
- **Local:** Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, mulheres agricultoras regeneram agroflorestas medicinais para enfrentar os extremos climáticos

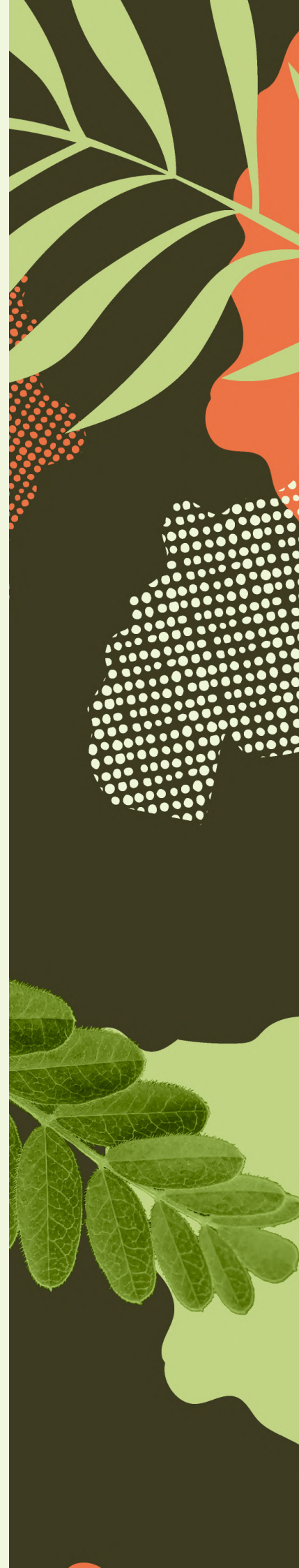
O Coletivo Feminista de Destiladoras nasceu do trabalho com plantas nativas e medicinais do Pampa e da Mata Atlântica. Em 2023, após as enchentes e as secas que devastaram lavouras e comunidades, o coletivo recebeu apoio do Fundo Casa para recuperar áreas degradadas e criar sistemas agroflorestais resilientes.

As agricultoras iniciaram a implantação de agroflorestas medicinais e aromáticas adaptadas às condições locais, fortalecendo a produção de fitoterápicos e a regeneração dos ecossistemas. Com os primeiros resultados, promoveram intercâmbios sobre o uso de plantas nativas, cursos de boas práticas de beneficiamento e vivências em destilação de óleos e extratos.

Hoje, o projeto se consolidou como uma referência em adaptação climática no sul do país: além de recuperar o solo e a biodiversidade, gera renda e amplia o acesso a medicamentos naturais, mostrando que a resposta às crises climáticas pode nascer da sabedoria tradicional e do trabalho coletivo das mulheres do campo.



Fotografia: Clarissa Londero





5.3. Mitigação

A **mitigação também ocupa um espaço relevante no portfólio do Fundo Casa, com 141 apoios (11% do total)** direcionados a projetos voltados para a redução de emissões e a promoção de práticas de baixo carbono. Essas iniciativas concentram 8% dos recursos e destinam-se a setores estratégicos, como a **defesa e o monitoramento territorial, a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento de energias renováveis comunitárias.**

O Fundo Casa destinou um total de R\$ 7.9 M – US\$ 1.4 M (8% dos recursos) em apoios voltados à mitigação climática.

Considerando os projetos que combinam mitigação e adaptação, ou que apresentam ambos os componentes de forma igualmente representada, a proporção de mitigação sobe para quase 56%.

Ao mesmo tempo, 2% dos apoios envolvem o tema majoritário de Mitigação, com componente de Adaptação. Os grandes temas das iniciativas de mitigação implementadas nos territórios foram mapeadas abaixo:

- **Defesa e monitoramento territorial indígena/comunitário:** evita desmatamento, invasões e atividades predatórias, contribuindo para manter a floresta em pé e preservar estoques de carbono.
- **Gestão de resíduos e economia circular:** reduz emissões associadas ao descarte e à queima de resíduos, além de substituir insumos poluentes por soluções circulares como reciclagem e compostagem.
- **Conservação e recuperação da biodiversidade:** ações de reflorestamento, viveiros e restauração aumentam a captura e a fixação de carbono e protegem ecossistemas essenciais para o equilíbrio climático.
- **Energia renovável (solar, limpa, baixo carbono):** reduz a dependência de fontes energéticas poluentes, diminuindo diretamente as emissões de gases de efeito estufa.
- **Mapeamento participativo e gestão territorial:** produz informações e ferramentas que fortalecem o manejo sustentável da terra, apoiando práticas comunitárias de baixo carbono.

PROJETO DE MITIGAÇÃO

- **Bioma:** Mata Atlântica
- **Local:** Morro da Babilônia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a Revolusolar demonstra como soluções de energia solar em comunidades podem contribuir diretamente para a mitigação climática.

Em 2016, moradores do Morro da Babilônia instalaram placas solares no telhado de um hostel. A experiência deu origem à Revolusolar, ONG que se consolidou como referência em geração distribuída de energia solar em áreas urbanas. Em 2018, com apoio do Fundo Casa, foi construída uma usina solar na Escola Comunitária Tia Percília, marcando o início de um processo contínuo de expansão da geração de energia limpa na comunidade.

A Revolusolar estruturou a primeira cooperativa de energia solar em uma favela brasileira – a Cooperativa Percília e Lúcio de Energia Solar. Desde então, sistemas fotovoltaicos vêm sendo instalados em telhados de escolas, creches, associações e residências, com o objetivo de ampliar a capacidade instalada e atender mais famílias.

O impacto climático é significativo: até 2023, já haviam sido instalados cerca de 75 kWp de energia solar, beneficiando diretamente mais de 75 famílias da Babilônia e do Chapéu Mangueira, além de instituições comunitárias. Somente uma das novas usinas, com capacidade de 10 kWp, pode gerar aproximadamente 12.000 kWh anuais, reduzindo emissões de CO₂ associadas à geração de eletricidade da rede e diminuindo a dependência de fontes fósseis.

A meta para 2023 foi superar 100 famílias cooperadas, ampliando o acesso à energia limpa e contribuindo para reduzir as emissões em escala local. O modelo adotado alia ganhos econômicos (diminuição de despesas com energia elétrica) a benefícios ambientais concretos (substituição da eletricidade de maior intensidade de carbono por energia renovável solar).



Fotografia: Bárbara Dias

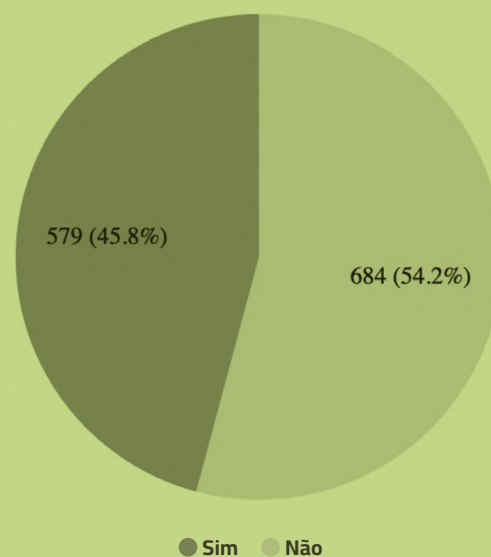
5.4. TRANSIÇÃO JUSTA

A transição justa consiste em uma dimensão transversal, que pode estar presente em projetos com foco em mitigação, adaptação ou em ambos.

É atribuída como uma categoria complementar quando o projeto atua visando **reduzir a vulnerabilidade econômica, por meio da geração de renda, ou promove uma economia de baixo carbono.**

O componente de transição justa aparece em **46% dos apoios a projetos analisados, dando destaque para o papel fundamental que o Fundo Casa tem na promoção da justiça socioeconômica, fortalecimento de economias locais e autonomia comunitária.** Essa transversalidade confirma que o Fundo Casa não apenas financia ações climáticas, mas fomenta mudanças estruturais que unem **clima, justiça social e resiliência.**

Gráfico 3: Distribuição dos apoios e sua relação com transição justa



Do total de projetos apoiados pelo Fundo, 579 (46%) apresentam elementos de transição justa. Esses projetos somam R\$ 61.5 M (US\$ 11.2 M) (62% do total) investidos em apoios para fomentar a geração de renda local e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono justa e inclusiva.

No entanto, cabe ressaltar que apesar da categoria transição justa envolver diretamente a geração de renda ou o debate sobre energias renováveis, **todos os projetos apoiados pelo Fundo Casa Socioambiental buscam - em alguma medida - reduzir vulnerabilidades sociais, econômicas e climáticas, assegurando direitos e promovendo o bem viver.** Isso acontece porque, em maior ou menor grau, cada iniciativa contribui para **fortalecer a justiça socioambiental, ampliar a inclusão e apoiar comunidades em processos de transformação alinhados a uma economia de baixo carbono.**

PROJETO COM COMPONENTE DE TRANSIÇÃO JUSTA

- **Bioma:** Amazônia
- **Local:** Surucucá, Rio Tapajós, Pará

No Tapajós, mulheres transformam a floresta em renda e esperança com a produção de polpas de frutas.

A Cooperativa Agroextrativista de Surucucá – COOPRASU nasceu do esforço das comunidades ribeirinhas em valorizar os frutos da floresta e fortalecer a vida coletiva. Em 2023, as mulheres da cooperativa receberam apoio do Fundo Casa para estruturar uma agroindústria comunitária de polpas de frutas, onde trabalham lado a lado com jovens da região.

Com o novo recurso, a COOPRASU pôde readequar a energia solar da agroindústria, realizar oficinas de gestão e manipulação de alimentos, e garantir as condições necessárias para a certificação da produção. Paralelamente, as cooperadas produziram e plantaram mudas frutíferas em seus sistemas agroflorestais, ampliando a base produtiva.

Hoje, a iniciativa se tornou símbolo de transição justa: ao mesmo tempo em que gera renda e fortalece a segurança alimentar das famílias, assegura que as mulheres tenham voz, autonomia e protagonismo econômico em suas comunidades. No coração do Tapajós, a floresta, além de sinônimo de resistência, passa a ser também caminho de futuro digno e sustentável.

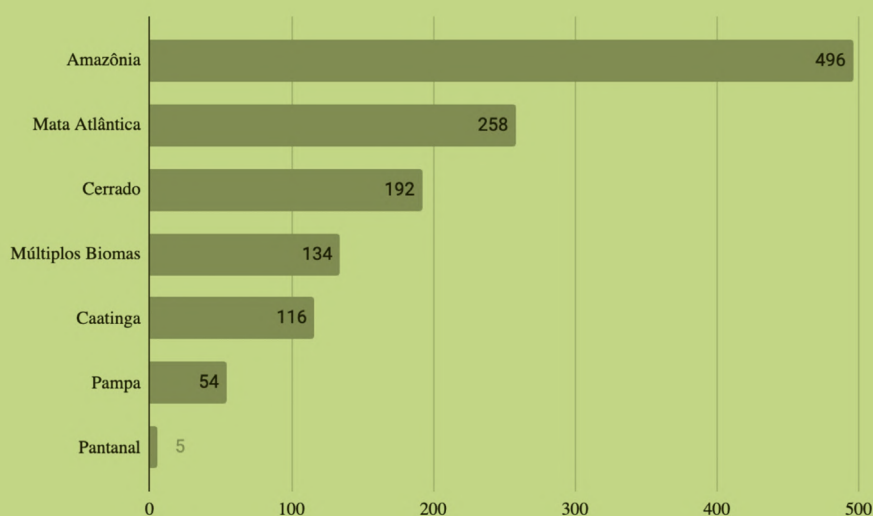


Fotografia: Priscila Tapajowara

5.5. DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS POR BIOMA E A RELAÇÃO COM OS TEMAS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO

A distribuição dos projetos apoiados por bioma mostra o alcance nacional do Fundo Casa Socioambiental e sua capacidade de dialogar com diferentes realidades socioambientais do Brasil. **A Amazônia concentrou a maior parte dos apoios aos projetos (39%)**, refletindo tanto a centralidade estratégica deste bioma na agenda climática global quanto o direcionamento de financiadores que priorizam a maior floresta tropical do mundo. Em seguida, destacaram-se a **Mata Atlântica (20%)** e o **Cerrado (15%)**, biomas com forte pressão urbana, agrícola e de desmatamento, mas que também abrigam importantes iniciativas comunitárias voltadas à restauração, agroecologia e defesa de territórios tradicionais.

Gráfico 4. Distribuição dos projetos apoiados por Bioma



Fonte: elaborado pelas autoras

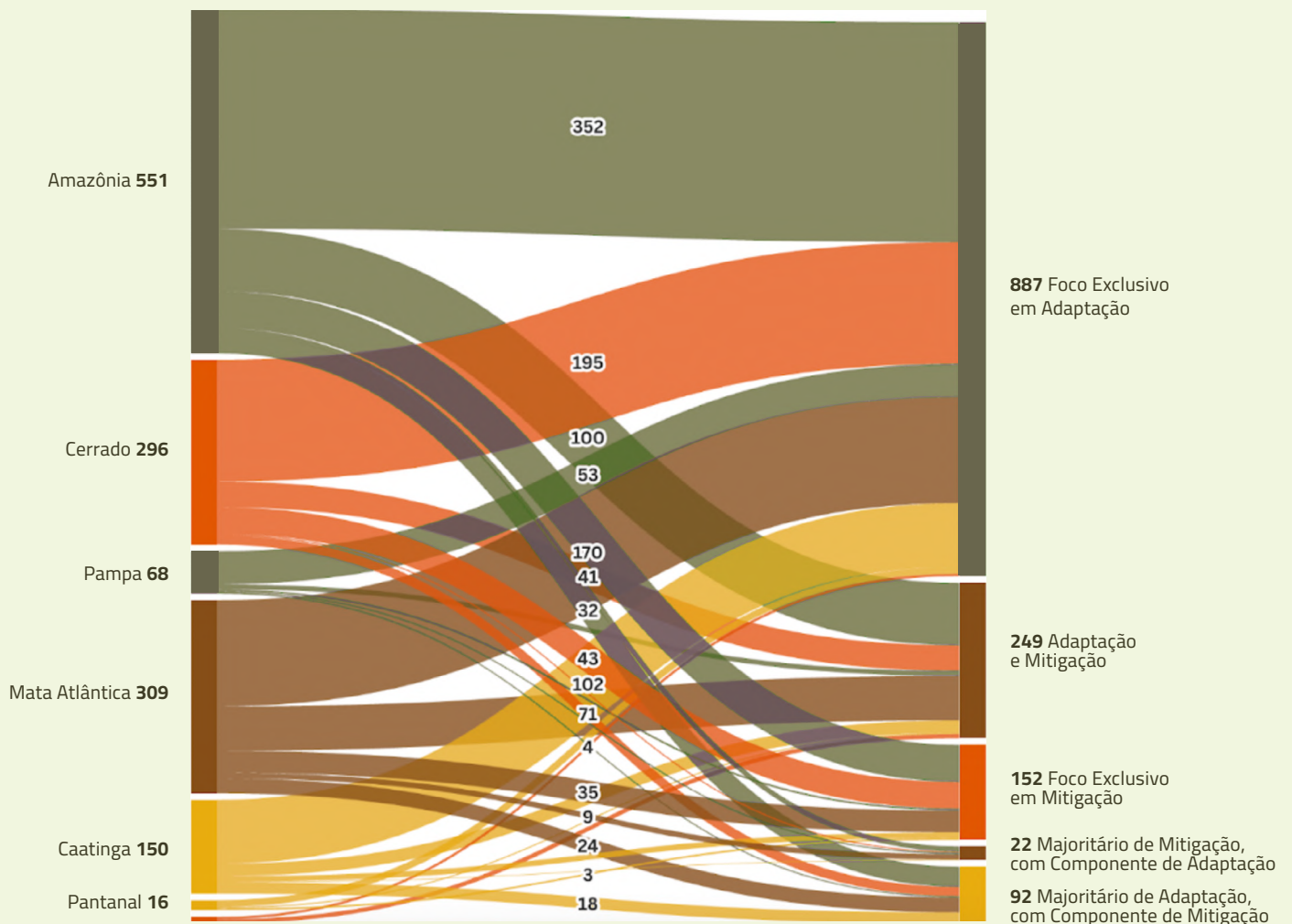
Os demais biomas, embora com participação proporcionalmente menor, revelam a abrangência da atuação do Fundo Casa. O apoio ao **Pampa (4%)** e ao **Pantanal (0,4%)** garante visibilidade a regiões muitas vezes negligenciadas pelos fluxos de financiamento, mas igualmente vitais para a biodiversidade e para as populações locais. Já a Caatinga (9%) demonstra a presença do Fundo em áreas semiáridas, onde a vulnerabilidade climática se expressa de forma aguda. Além disso, cerca de **9% dos projetos têm caráter interbiomas**, conectando diferentes territórios e saberes.

Apesar da abrangência nacional do Fundo Casa, a distribuição dos apoios revela disparidades importantes entre biomas. A Amazônia concentra quase metade dos apoios concedidos, reflexo de sua relevância estratégica e do forte interesse do financiamento global neste território. No entanto, biomas como o Pampa, o Pantanal e a Caatinga aparecem como menos beneficiados, ainda que enfrentem contextos críticos de vulnerabilidade. No Pampa, a expansão do agronegócio acelera a perda da biodiversidade; no Pantanal, o fogo e a pressão sobre a água impactam a sobrevivência das comunidades; e na Caatinga, a seca e a desertificação comprometem modos de vida tradicionais.

Essa assimetria expõe um desafio central: **enquanto a Amazônia atrai a maior parte dos recursos por seu valor global, é urgente reconhecer que o Brasil abriga múltiplos contextos de vulnerabilidade socioambiental.** A desatenção a esses biomas ameaça a integridade do território nacional como um todo e pode comprometer estratégias de resiliência de longo prazo. É importante destacar, contudo, que essa predominância da Amazônia não resulta apenas de uma decisão institucional do Fundo Casa. Ela reflete, em grande medida, as diretrizes de financiadores nacionais e internacionais, que priorizam o bioma amazônico em função de sua relevância geopolítica e ambiental. Nesse sentido, a maior concentração de recursos na Amazônia deve ser entendida como consequência de um alinhamento às agendas de quem aporta os recursos, e não como uma predileção isolada do Fundo.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos apoios do Fundo Casa por bioma, evidenciando tanto a concentração em determinados territórios quanto a multiplicidade de biomas em diferentes eixos climáticos.

Gráfico 5: Fluxo de distribuição entre biomas e eixos climáticos



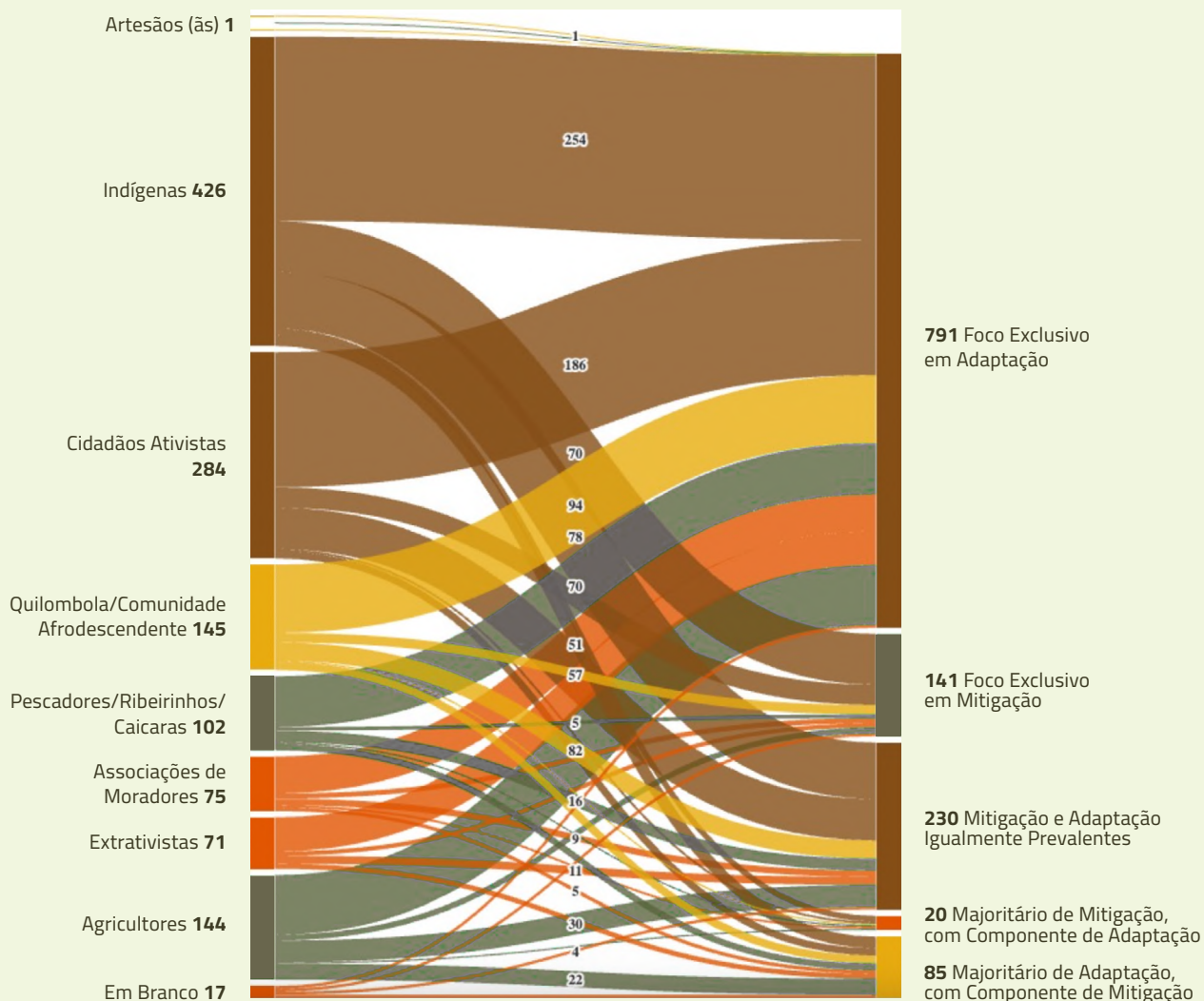
Essa distribuição evidencia, portanto, o compromisso do Fundo Casa com a diversidade territorial brasileira, mas também revela os limites impostos pelas prioridades de financiamento. Se, por um lado, a concentração de apoios na Amazônia reforça a legitimidade do Fundo como canal estratégico para recursos internacionais voltados ao bioma de alta relevância geopolítica e ambiental do país, por outro, coloca o desafio de ampliar a visibilidade e a mobilização de recursos para outros biomas. Somente assim será possível assegurar uma atuação climática abrangente, equilibrada e capaz de responder à complexidade da sociobiodiversidade brasileira.

5.6 DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS PELO PERFIL DE ORGANIZAÇÃO E A RELAÇÃO COM OS TEMAS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO

A leitura cruzada entre **os perfis do público-alvo** e os **temas climáticos** reforça a **centralidade da adaptação na agenda apoiada pelo Fundo Casa**, ao mesmo tempo em que revela como determinados grupos sociais se conectam de maneira diferenciada à mitigação e às abordagens interseccionais.

Os Povos Indígenas concentram sua presença em projetos voltados à adaptação, refletindo o papel que desempenham na **resiliência comunitária e na proteção da cultura, educação indígena e os modos de vida ancestrais**. Ainda que em menor número, também aparecem em projetos de mitigação, especialmente quando vinculados ao **reflorestamento e vigilância de territórios**, evidenciando sua relevância tanto na absorção de carbono quanto na resistência às pressões externas.

Gráfico 6. Distribuição dos perfis do público-alvo e os temas climáticos



As comunidades Quilombolas também se destacam na adaptação, sobretudo em iniciativas de segurança alimentar, agroecologia e fortalecimento da saúde comunitária. Apresentam também presença significativa em projetos híbridos que combinam mitigação e adaptação, reforçando a visão de que suas práticas territoriais geram cobenefícios simultâneos, reduzindo vulnerabilidades sociais e climáticas ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção dos estoques de carbono vinculado à agricultura e ao uso da terra.

Os Pescadores, Ribeirinhos e Caiçaras constituem um dos grupos mais fortemente vinculados à adaptação exclusiva. Esse padrão reflete a relação direta de suas vidas com os recursos hídricos e costeiros, em que os seus modos de vida e de geração de renda estão diretamente vinculados ao manejo dos manguezais, da pesca e resiliência hídrica. Entre Agricultores e comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, a predominância está igualmente na adaptação, associada a práticas de agricultura regenerativa, sistemas agroflorestais e manejo da água. Sua presença em mitigação é mais pontual, geralmente quando vinculada a práticas produtivas que reduzem emissões no setor agrícola.

Por fim, grupos como Ciganos(as), artesãos(ãs), cidadãos ativistas e associações de moradores aparecem de forma mais concentrada em iniciativas de adaptação, sobretudo em atividades de mobilização comunitária, formação política e incidência em defesa de direitos. Embora menos presentes em projetos de mitigação direta, cumprem papel estratégico ao ampliar redes de governança e advocacy, sem as quais as agendas climáticas locais dificilmente se consolidariam.

Em síntese, observa-se que a adaptação constitui o eixo transversal de quase todos os perfis apoiados, refletindo a urgência das respostas às vulnerabilidades vividas nos territórios. A mitigação, por sua vez, aparece com maior relevância em comunidades indígenas e quilombolas, quando associada à defesa territorial, restauração ecológica e vigilância comunitária. Já os projetos que combinam mitigação e adaptação demonstram o protagonismo desses grupos na formulação de soluções integradas, confirmando que suas práticas locais antecipam, na prática, o debate global sobre cobenefícios climáticos.

5.7 FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E INCIDÊNCIA

O Fundo Casa também apoia atividades de fortalecimento institucional, incidência e advocacy diretamente vinculadas aos debates de mitigação e adaptação. Isso porque organizações mais fortes, capacitadas e presentes em espaços estratégicos de decisão conseguem defender suas pautas e territórios de maneira mais consistente, trazendo para o centro da agenda pública as dimensões climáticas de suas lutas.

Ao participar de eventos próprios, como assembleias e encontros comunitários, ou de espaços externos de diálogo e negociação, essas organizações ampliam a visibilidade das soluções locais, reforçando a importância da proteção dos territórios, da manutenção das florestas em pé, da segurança hídrica e alimentar e da resiliência socioambiental. Dessa forma, o fortalecimento institucional não apenas garante a sustentabilidade das organizações, mas também potencializa sua capacidade de diálogo e influência na agenda climática, conectando a realidade dos territórios com políticas e compromissos nacionais e internacionais.



PROJETOS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO

- **Bioma:** Caatinga e Cerrado
- **Local:** Teresina, Piauí

No Piauí, a comunicação popular vira ferramenta de fortalecimento institucional e defesa de direitos.

Criada em 2018 como um espaço colaborativo de jornalismo e educação popular, a **Plataforma Ocorre Diário** só foi formalizada em 2024 como associação sem fins lucrativos. O desafio, desde então, passou a transformar um trabalho voluntário em uma estrutura consolidada e reconhecida.

Com apoio recebido, a associação **pôde montar sua sede, adquirir equipamentos básicos e garantir condições para ampliar sua atuação em defesa de comunidades quilombolas, indígenas e outras tradicionais**. O fortalecimento da instituição também se traduziu em impacto concreto: a produção de uma série de reportagens sobre violações de direitos no MATOPIBA, divulgada em texto e podcast, ampliou a visibilidade das lutas territoriais na região.

O projeto mostrou que a comunicação popular é também um pilar de **fortalecimento institucional**: ao contar com estrutura, ferramentas e voz, a Plataforma Ocorre Diário consolidou-se como uma referência na denúncia de injustiças e na articulação com movimentos sociais pela defesa dos direitos humanos e da sociobiodiversidade.



Fotografia: Anielle Brandão

- **Bioma:** Mata Atlântica
- **Local:** Salvador, Bahia

No Quilombo Alto do Tororó, mulheres marisqueiras e pescadores quilombolas fortalecem sua voz contra os impactos do petróleo e do porto de Aratu

Diante das pressões territoriais, da poluição da Baía de Aratu e do avanço das indústrias de petróleo e gás sobre seus meios de subsistência, a Associação de Mulheres Akomabu mobilizou o projeto “Maré Baixa: Marisqueira e Pescadores Quilombolas na Luta”. A iniciativa reuniu moradores do Quilombo Alto do Tororó para mapear os impactos socioambientais, formar lideranças e construir instrumentos próprios de defesa de direitos.

Com apoio do Fundo Casa Socioambiental, o grupo realizou oficinas de racismo ambiental, comunicação comunitária e Convenção 169 da OIT, resultando na cartografia social do território e na formação de 30 lideranças quilombolas. As mulheres também criaram o podcast “Do Quilombo ao Mundo”, que divulga histórias de resistência e denuncia os efeitos da poluição industrial na pesca e no mangue.

Além disso, o projeto promoveu o Seminário sobre Racismo Ambiental e Lançamento da Cartografia Social, fortalecendo o diálogo entre quilombolas, marisqueiras, pesquisadores e representantes do poder público. Essas ações consolidaram o Quilombo Alto do Tororó como referência na luta pela consulta livre, prévia e informada e pela reparação histórica frente aos danos causados pelo complexo industrial e portuário.

O projeto deixou um legado de fortalecimento comunitário, visibilidade e protagonismo feminino, unindo gerações na defesa do território e do modo de vida tradicional.



Fotografia: Acervo Associação de Mulheres Akomabu

Complementarmente, ao apoiar tanto o fortalecimento organizacional quanto a mobilização comunitária e a participação em espaços de incidência, o Fundo Casa atua como **catalisador de processos** que transcendem o apoio a projetos pontuais. Esse **investimento estrutural** contribui para que Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais, e organizações de base não apenas implementem ações locais, mas também se tornem **atores políticos relevantes na construção de soluções climáticas em escala local, nacional e global**.

Essa dimensão estratégica mostra que **o fortalecimento institucional é, em si, uma estratégia de mitigação, adaptação e transição justa**, na medida em que garante voz, legitimidade e capacidade de influência às comunidades mais impactadas pela crise climática.

PROJETO DE PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA

- **Bioma:** Todos
- **Local:** Sudeste do Brasil

No Sudeste, lideranças indígenas se articulam contra a PEC 48 para defender seus territórios.

A Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ArpinSudeste) nasceu há 15 anos como instância representativa dos Povos Indígenas da região. Em 2024, diante da ameaça da PEC 48 — conhecida como “PEC da Morte”, que tentava impor um marco temporal para as demarcações de terras —, a organização mobilizou lideranças de São Paulo e Rio de Janeiro para participarem de forma ativa do processo político.

Com apoio recebido, 46 representantes puderam viajar a Brasília, participar de plenárias sobre direitos indígenas e integrar manifestações públicas em frente ao Senado. Além da presença física, a mobilização garantiu cobertura midiática e a produção de materiais audiovisuais, ampliando o alcance da resistência e a conscientização nacional sobre os impactos da PEC.

A iniciativa reforçou o papel da ArpinSudeste como espaço de **participação e incidência** política, assegurando que os Povos Indígenas do Sudeste, marcados pela convivência urbana e pelos impactos de grandes obras, tivessem voz ativa no debate nacional e pudessem influenciar diretamente as decisões sobre seus direitos territoriais.



Fotografia: Laura Samily (APIB)



6. MENSAGENS-CHAVE

Sobre os eixos climáticos analisados

1. **A atuação do Fundo Casa demonstra uma ênfase consolidada na adaptação climática e na resiliência. Cerca de 90% dos projetos apoiados contribuem,** de forma direta ou combinada, para fortalecer a capacidade adaptativa de comunidades e territórios. As iniciativas do Fundo se destacam por promover estratégias comunitárias, como a criação de brigadas de combate a incêndios, a promoção da segurança hídrica e alimentar em regiões afetadas pela seca e a adoção de práticas agroecológicas que reduzem a vulnerabilidade de comunidades tradicionais e agricultores familiares diante de eventos climáticos extremos.
2. **Mitigação como segundo principal tema:** embora a adaptação seja eixo estruturante, a mitigação também ocupa espaço relevante, com **aproximadamente 56% dos projetos apoiados neste tema**, de forma direta ou combinada. Há um destaque para a restauração florestal, monitoramento e gestão dos territórios e reciclagem liderada por catadores. Essas soluções comunitárias reduzem emissões associadas ao desmatamento, ao lixo urbano e ao uso predatório dos recursos naturais, reforçando a proteção dos biomas.
3. **Transição justa como dimensão transversal:** a presença consistente da justiça social e territorial em todos os eixos mostra que o Fundo Casa conecta clima, direitos e geração de renda. Projetos de roças coletivas, casas de farinha, turismo comunitário e cadeias da sociobiodiversidade combinam mitigação e adaptação com geração de renda, inclusão produtiva e valorização de saberes tradicionais, assegurando que a transição ocorra de forma justa e inclusiva.

Sobre as comunidades apoiadas

4. **Protagonismo de comunidades tradicionais e de base:** Povos indígenas (34% dos projetos), Quilombolas (11%) e Pescadores, Ribeirinhos e Caiçaras (8%) concentram a maior parte dos projetos apoiados, ao lado de Agricultores familiares e Extrativistas que dependem diretamente da terra para sobreviver. O Fundo garante que os principais guardiões da sociobiodiversidade estejam no centro das estratégias de mitigação, adaptação e transição justa.
5. **Comunidades focadas em adaptação liderada localmente:** a maioria dos grupos sociais apoiados, em especial indígenas, Quilombolas e comunidades pesqueiras, concentra-se em projetos de adaptação, evidenciando a urgência das respostas comunitárias às vulnerabilidades climáticas.
6. **Estratégias de mitigação nas comunidades estão, sobretudo, conectadas à defesa de territórios:** embora menos numerosa, a mitigação aparece de forma estratégica entre Povos Indígenas e Quilombolas, sobretudo em ações de reflorestamento, vigilância e gestão territorial.

7. **A concentração de recursos na Amazônia reflete, sobretudo, as prioridades dos doadores:** embora legítima diante da importância global do bioma, essa assimetria evidencia a urgência de ampliar o apoio a outros territórios igualmente vulneráveis, garantindo uma distribuição mais equilibrada de recursos entre os biomas e fortalecendo a resiliência nacional de forma integrada.

Indo além do apoio a projetos

8. **Catalisador de mudanças sistêmicas:** os projetos apoiados raramente se limitam a soluções pontuais. Em geral, combinam mitigação, adaptação e transição justa de forma integrada, semeando processos de transformação de longo prazo que fortalecem comunidades, organizações locais e redes de incidência política.
9. **Fortalecimento institucional e participação social:** além de financiar ações práticas, o Fundo Casa investe em governança comunitária, capacitação de lideranças e participação em espaços decisórios. Esse apoio amplia a legitimidade e a capacidade de articulação política das organizações de base na agenda climática.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do portfólio recente do Fundo Casa Socioambiental evidencia sua centralidade na agenda climática brasileira, com a adaptação como eixo estruturante, a mitigação como campo estratégico e a transição justa como dimensão transversal que conecta clima, direitos e renda.

O caráter interseccional dos projetos apoiados demonstra que soluções comunitárias não se limitam a categorias rígidas, mas articulam múltiplas respostas a desafios complexos. Além disso, o Fundo tem atuado no fortalecimento institucional, no apoio a eventos e na ampliação da representatividade política de Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais e movimentos socioambientais, consolidando-se como catalisador de mudanças sistêmicas que vão além do financiamento direto de projetos.

No entanto, persistem condicionantes externas que influenciam a distribuição territorial dos apoios, com a Amazônia absorvendo a maior parte dos recursos em função da atenção global e das diretrizes de financiadores. Embora isso reforce a legitimidade do Fundo como canal estratégico de recursos internacionais para a região, também evidencia o desafio de ampliar a visibilidade, o desenvolvimento de estratégias e a captação de recursos para biomas e ecossistemas igualmente críticos e essenciais para a manutenção de serviços ambientais, proteção da biodiversidade e regulação do clima. Essa assimetria reforça a necessidade de democratizar e desburocratizar a filantropia global, avançando em processos de construção conjunta com as comunidades e reconhecendo as múltiplas vulnerabilidades brasileiras.

Nesse contexto, o Fundo Casa seguirá fortalecendo a sua contribuição para os temas-chave da agenda climática, ao mesmo tempo em que buscará fortalecer estratégias de engajamento de atores da filantropia e do financiamento climático, e de captação de recursos que transcendam os eixos mais tradicionais do financiamento.

O compromisso é ampliar o impacto em territórios e agendas historicamente menos contempladas pela filantropia, garantindo que mitigação, adaptação e transição justa sejam pautadas pela diversidade de biomas, comunidades e experiências que compõem a realidade socioambiental do Brasil e do Sul Global.



REALIZAÇÃO

